



A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que quer aumentar a eficiência na execução de precatórios Daniel Ramalho - 7.dez.23/Reuters

Governo decide antecipar para este mês pagamento de R\$ 30 bi em precatórios

Quitação seria feita só em julho; medida visa injetar dinheiro na economia e ajudar na arrecadação

Adriana Fernandes

BRASÍLIA O governo resolveu antecipar para fevereiro o pagamento de R\$ 30,1 bilhões de precatórios, valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva da Justiça. Pelo cronograma, os pagamentos só seriam feitos em julho, de acordo com o Ministério do Planejamento.

A injeção do dinheiro com a antecipação deve ajudar a rodar mais rápido a atividade econômica nos próximos meses, como aconteceu com o pagamento de R\$ 93 bilhões de precatórios atrasados no final do ano passado. O efeito do pagamento dos precatórios atrasados na economia ainda está acontecendo em 2024 e vai ajudar a melhorar o resultado do PIB. Com o pagamento, o governo também recebe o imposto de Renda retido na hora em que o credor do precatório é pago.

O mesmo deve acontecer agora com o novo pagamento, já que todo o processo é acelerado até o momento em que o valor é depositado na conta do credor do precatório.

Os R\$ 30,1 bilhões que estão sendo pagos agora são de precatórios que têm de ser pagos

neste ano. As despesas para o pagamento, portanto, estão previstas no Orçamento de 2024 e entram dentro do cálculo da meta fiscal.

"Sair antes é bom para economia, para quem recebe e para as contas públicas, pois o governo paga menos com juros e correção", disse à Folha o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães. Segundo ele, o dinheiro já foi liberado pelo Tesouro para a Justiça fazer os pagamentos.

Como mostrou a Folha, o governo está preocupado com o risco de desaceleração do crescimento em 2024 e vem mapeando ações que possam mitigar o problema.

Embora antecipação não mude o que estava previsto para o ano, o pagamento ajuda a injetar mais dinheiro na economia antes do previsto, favorecendo um círculo positivo para o desempenho da atividade econômica.

Para fazer o pagamento antecipado, o Planejamento fez uma realocação orçamentária de R\$ 10,7 bilhões. Com isso, processo de quitação de passivos judiciais, alterado em 2021, volta ao rito normal, de acordo com a pasta.

Uma portaria de quarta-feira (21) abriu um crédito suplementar no valor de R\$ 10,7 bilhões com objetivo de ajustar a alocação orçamentária dos recursos necessários para o pagamento da parcela final dos precatórios de 2024, da ordem de R\$ 30,1 bilhões. A primeira parte do valor dos precatórios devidos de 2024, R\$ 32,2 bilhões, já estava dentro dos R\$ 93 bilhões quitados em dezembro de 2023.

Após reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, antecipou estudos para que a execução dos precatórios, principalmente as chamadas RPVs (Requisição de Pequeno Valor), seja feita de forma mais eficiente, no futuro, inclusive com o pagamento mais rápido assim que a Justiça enviar ao governo quais os valores devidos. É uma forma de economizar despesas com a correção da Selic sobre o montante.

Essa última proposta será levada à JEO (Junta de Execução Orçamentária), colegiado de ministros que decide os principais temas relativos ao Orçamento. A ideia é que os pequenos valores sejam pagos de imediato.

Entenda

O QUE É UM PRECATÓRIO?

• É uma requisição de pagamento que um órgão ou entidade pública paga determinada dívida resultante de ação judicial para a qual não cabe mais recurso (trânsito em julgado). Essa ordem de pagamento é expedida pela Justiça

• Dívidas judiciais de órgãos públicos viram precatórios, que podem ser revisões salariais, concessões de aposentadoria e devolução de impostos

QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE PRECATÓRIO E RPV?

• Nos casos envolvendo a União, o precatório é emitido quando a dívida ultrapassa 60 salários mínimos. Para as condenações abaixo desse limite, são expedidas Requisições de Pequeno Valor (RPVs)

"Vamos ver se precisa mexer na lei, regulamentar. Precisamos chegar ao consenso, então os pequenos valores vamos pagar de imediato em 2025 para não ter que pagar três vezes mais em 2026", antecipou a ministra.

Segundo Tebet, essa proposta está dentro do pacote de medidas que Tebet levou a Haddad para revisão de gastos ao longo de 2024 para o cumprimento da meta de déficit zero nas contas do governo.

O pacote de revisão vai ajudar na elaboração do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2025, como revelou a Folha na semana passada. Tebet disse que o programa voltado aos gastos será anunciado em breve e terá várias linhas de frentes.

A ministra reconheceu que algumas das medidas têm mais dificuldade política de serem implementadas e dependem da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Tebet confirmou que a melhora na arrecadação de janeiro, se confirmada em fevereiro, vai ajudar o governo a fazer um contingenciamento muito aquém do previsto.

Mas qualquer decisão sobre o corte de R\$ 5,6 bilhões

de emendas parlamentares de comissão deste ano só acontecerá após a primeira avaliação bimestral do Orçamento, prevista para 22 de março.

"Não podemos falar de recomposição dos R\$ 5,6 bilhões, nem para o Legislativo e nem para o Executivo, enquanto nós não fecharmos o relatório bimestral com base nas receitas que o Tesouro vai nos passar, provavelmente na primeira semana de maio".

Justiça libera R\$ 21 bi para quitar dívidas do INSS e outros órgãos

Cristiane Gercina

SÃO PAULO O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 21,4 bilhões para pagar precatórios e RPVs (Requisições de Pequeno Valor) a aposentados e pensionistas do INSS e demais credores.

A liberação reforça planejamento do governo Lula de quitar os R\$ 30 bilhões de precatórios inscritos no Orçamento de 2024 ainda no primeiro semestre, até o final de fevereiro. Por lei, essa dívida pode ser paga até o final de cada ano.

Precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, o que dá hoje R\$ 84,720 neste ano. Já as RPVs são dívidas menores, de até 60 salários, também pagas em ações na Justiça. Do total, R\$ 20 bilhões são para os precatórios e R\$ 1,4 bilhão para as RPVs.

Segundo o CJF, os R\$ 20 bilhões em precatórios são remanescentes de 2023, quando o governo Lula quitou a dívida deixada pela gestão de Jair Bolsonaro, que aprovou PEC e não pagou os valores devidos.

"Esse valor corresponde ao restante dos precatórios expedidos em 2023, os quais não foram alcançados pela antecipação do pagamento em dezembro passado, com fundamento na decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 7.064)", diz nota do órgão.

"Esse total vai beneficiar 5.243 beneficiários, que ganharam 3.689 processos entre ações previdenciárias e cobranças de outros valores, como diferenças salariais de servidores, por exemplo.

No caso das RPVs, estão sendo quitadas ações que chegaram totalmente ao final e tiveram a ordem de pagamento expedida pelo juiz no mês de janeiro. Ao todo, são 95.953 processos, com 18.346 beneficiários, no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Desse total, R\$ 1,2 bilhão corresponde a processos previdenciários e assistenciais, como revisões e concessões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Serão beneficiados 75.085 segurados que venceram 57.686 ações contra o INSS.

O dinheiro liberado pelo CJF é pago a credores como aposentados do INSS e servidores federais em contas abertas pelos TRFs (Tribunais Regionais Federais) em nome dos cidadãos ou seus advogados na Caixa e no Banco do Brasil.

Arrecadação federal sobe 6,67% em janeiro e atinge R\$ 280,6 bi, maior valor da história

Bernardo Caram

BRASÍLIA | REUTERS A arrecadação do governo federal teve alta real de 6,67% em janeiro sobre o mesmo mês do ano anterior e atingiu R\$ 280,63 bilhões, informou a Receita Federal nesta quinta-feira (22).

O resultado inclui ganhos atípicos gerados pela taxa de fundos de investimentos operados por brasileiros de alta renda. O número de janeiro representa o melhor resultado já registrado para todos os meses da série histórica da Receita, iniciada em 1995.

O desempenho do mês passado foi explicado, de acordo com os dados do fisco, pelo comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação, com destaque para a ampliação da massa salarial e do valor das importações.

Segundo a Receita, houve crescimento na arrecadação de Imposto de Renda sobre rendimento de capital em razão da nova lei que mudou a taxa de fundos exclusivos e offshore (os paraísos fiscais), permitindo pagamento antecipado por parte dos investidores.

Somente esse fator rendeu R\$ 4,1 bilhões no mês.

Na quarta (21), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia antecipado que o dado da arrecadação no mês seria positivo, ressaltando o impacto do ganho extraordinário gerado pelo pagamento dos tributos desses fundos.

Outro fator que contribuiu positivamente para o dado do mês foi uma melhora na arrecadação de PIS/Cofins em razão da reatuação de combustíveis. Também houve alta no pagamento de impostos incidentes sobre a rentabilidade

R\$ 4,1 bi

foi a arrecadação, em janeiro, com a taxa de fundos exclusivos e offshore

R\$ 17,76 bi

foi a arrecadação de receitas administradas por outros órgãos, com peso grande de royalties sobre a exploração de petróleo

de empresas, especialmente por instituições financeiras.

Em janeiro, os recursos administrados pela Receita, que englobam a coleta de impostos de competência da União, tiveram alta real de 7,07% sobre o mesmo mês do ano passado, a R\$ 262,87 bilhões.

Já as receitas administradas por outros órgãos, com peso grande de royalties sobre a exploração de petróleo, tiveram alta real no mês passado de 1,28%, a R\$ 17,76 bilhões.

O desempenho expressivo de janeiro dá força à busca da equipe econômica pela obtenção de um déficit fiscal zero neste ano e pode reduzir a necessidade de bloqueio em verbas de ministérios nos próximos meses para alcançar esse objetivo.

Economistas elevam previsão do PIB e reduzem da inflação

De acordo com os economistas consultados pelo BC no boletim Focus, a economia deverá crescer 1,68% neste ano, alta de 0,08 ponto percentual ante a previsão da semana passada. A revisão ocorre após a divulgação do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC), que indicou que a atividade econômica cresceu mais que o esperado em dezembro e terminando 2023 com avanço de 2,45%. Outra mudança no Focus foi a expectativa para a inflação, que caiu de 3,82% para 3,81% em 2024.